



TRABALHO INFORMAL, DESENVOLVIMENTO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL

Ronaldo Busnello. UNIJUÍ

Introdução: Como se explica a expansão do trabalho informal na economia brasileira? Qual o papel e a função que o conjunto heterogêneo de atividades informais desempenha na estruturação global da economia e qual o papel interdependente que jogam entre si? A hipótese que se assume é a de que o crescimento do setor informal, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil, a exemplo das economias capitalistas mais desenvolvidas, que vêm passando por profundas transformações. A “Terceira Revolução Industrial” têm provocado grandes e rápidas alterações na estrutura produtiva e na composição do mundo do trabalho. A maior parte dos governantes defendem a tese da necessidade de flexibilizar e desregulamentar os direitos sociais e, assim, reduzir os custos da mão-de-obra como medidas orientadas tanto para o combate ao desemprego e à informalidade do mercado de trabalho quanto para adequar sua oferta às novas exigências das empresas. **Objetivo:** O objetivo do estudo é o de contribuir para a análise do modo de pensar o setor informal da economia brasileira, desde a etapa em que a industrialização passa a ser o setor chave para a dinâmica do sistema, após a Revolução de 1930. **Material e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa essencialmente teórica de revisão bibliográfica, com base na qual será feito um apanhado geral sobre os principais estudos já realizados e revestidos de importância sobre o tema. Além disso, serão utilizadas algumas fontes secundárias de índices de conjuntura econômica, como, por exemplo, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged e a Relação Anual de Informações Sociais – Rais. **Resultados Parciais:** Enfim, nos últimos anos, a formação desse cenário de precarização das condições de trabalho deu-se, indiscutivelmente, sob a égide da desregulamentação econômica e social em conformidade com a lógica destrutiva do mercado. Isso significa dizer que as bases das reformas neoliberais promovidas são incompatíveis com o necessário reordenamento do Estado e de suas funções sociais, adequadas a privilegiar o desenvolvimento social e à promoção da cidadania. Faz-se, portanto, necessário considerar os direitos sociais como uma alavanca importante para o desenvolvimento econômico e social mais equânime, tão importante para a superação de miséria e pobreza que impiedosamente penalizam grande parte do povo brasileiro. Desse modo, um outro quadro é produzido se reconhecidas as atuais tendências do desemprego e da informalidade crescentes da força de trabalho, que são conseqüentes tanto da flexibilização e desregulamentação dos direitos sociais como de suas vinculações com a política econômica brasileira de médio e longo prazo. Este enfoque obriga, portanto, a requalificação do debate em torno da necessidade de maior flexibilização e desregulamentação de tais direitos e seus efeitos tanto na diminuição do desemprego quanto no combate à informalidade.